

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

**APONTAMENTOS ACERCA DA ADAPTAÇÃO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS DE
01 A 02 ANOS**

ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Paula Cristina de Oliveira Ferreira

Santa Maria, RS, Brasil

2013

APONTAMENTO ACERCA DA ADAPTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS DE 01 A 02 ANOS

Paula Cristina de Oliveira Ferreira

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, Área de Concentração em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Docência na Educação infantil.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Freitas da Silva Gallina

Santa Maria, RS, Brasil

2013

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Artigo de Conclusão de Curso

**APONTAMENTOS ACERCA DA ADAPTAÇÃO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL DE CRIANÇAS DE 1 A 2 ANOS**

elaborado por
Paula Cristina de Oliveira Ferreira

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Docência na Educação Infantil

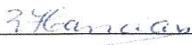
COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Dr.ª Simone Freitas da Silva Gallina
(Presidente/orientadora)



Prof.ª Ms. Daliana Löffler
(UFSM)



Prof.ª Dr.ª Viviane Ache Cancian
(UFSM)

Santa Maria, 13 de setembro de 2013.

RESUMO

Trabalho de Especialização
Universidade Federal de Santa Maria

APONTAMENTOS ACERCA DA ADAPTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE CRIANÇAS DE 1 A 2 ANOS

AUTORA: PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA FERREIRA
ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª SIMONE FREITAS DA SILVA GALLINA
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de setembro de 2013.

Este artigo tem por objetivo entender quais as possibilidades de ser realizada a adaptação das crianças de 1 a 2 anos no contexto da Educação Infantil a partir da relação da escola com as famílias no sentido da sensibilização para a importância desse momento nas vivências infantis. Assim, são feitas reflexões sobre a infância, a escola de Educação Infantil e a história da Educação Infantil no Brasil. Também serão discutidos os fatores que interferem na adaptação e as manifestações/reações das crianças frente a este momento. Ressalta-se que o processo de adaptação está relacionado a inúmeros fatores, os quais não podem ser analisados separadamente. Da mesma forma, as manifestações/reações das crianças são diversificadas, formando assim um conjunto de elementos que possibilitam diagnosticar se a criança está adaptada ou não à escola. O presente estudo foi feito em uma instituição de Educação Infantil Municipal, em Restinga Sêca/RS. Envolveu oito crianças, com faixa etária entre doze meses a dezoito meses de idade, de uma turma de Berçário. A pesquisa realizada é de cunho qualitativo, desenvolvida a partir de observações, fotos, vídeos do cotidiano da turma durante o processo de adaptação, conversas informais com as famílias das crianças pesquisadas e com professores da escola. As análises feitas descrevem a insegurança dos professores frente ao processo de adaptação, a falta de conhecimento e de comprometimento por parte das famílias sobre a necessidade de se acompanhar e valorizar este momento; descrevem ainda a necessidade de a escola repensar estratégias de como conduzir este momento. Estratégias essas que objetivem o comprometimento das famílias perante a adaptação da criança na escola, de forma que traga mais segurança aos educadores, colaborando assim para o trabalho destes, que muitas vezes se veem sozinhos diante dos desafios da adaptação.

Palavras-chave: Adaptação. Docência. Educação Infantil.

NOTES ABOUT THE ADAPTATION ON EARLY CHILDHOOD EDUCATION OF CHILDREN FROM 1 TO 2 YEARS

ABSTRACT

This article aims to understand what are the chances of being performed the adaptation of children from 1 to 2 years in the context of early childhood education from the school's relationship with the families in the sense of awareness of the importance of this moment in children's experiences. So, are made reflections on childhood, school of early childhood education and the history of early childhood education in Brazil. Also will be discussed the factors that interfere in the adaptation and demonstrations/children's reactions to this moment. It should be noted that the process of adaptation is related to numerous factors, which cannot be analysed separately. Similarly, the demonstrations/children's reactions are diversified, thus forming a set of elements that make it possible to diagnose whether the child is adapted or not to school. This study was done in a Municipal early childhood institution in Restinga Dry/RS. Involved eight children, with age range between 12 months to 18 months of age, a Nursery class. The research carried out is of qualitative nature, developed from observations, photos, videos of daily life of the group during the process of adaptation, informal conversations with the families of the children surveyed and with school teachers. The analyses describe the insecurity of teachers facing the process of adaptation, the lack of knowledge and commitment on the part of the families about the need to monitor and enhance this moment; describe the need for the school to rethink strategies for how to conduct this moment. These strategies that seek the commitment of families faced with the adaptation of the child in school, in order to bring more security to educators, collaborating like this for their work, which often see each other alone in the face of the challenges of adaptation.

Keywords: Adaptation. Teaching. Early Childhood Education.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	6
EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: TRAÇADOS HISTÓRICOS DE SUA CONSTITUIÇÃO.....	8
A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: QUE ESPAÇO É ESTE?	13
ADAPTAÇÃO: E AGORA PROFESSOR?	20
APONTAMENTO ACERCA DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	28
ENTRE MEMÓRIAS E A VIVENCIA DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0-3 ANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	48

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo traz considerações acerca do período de adaptação de crianças em creches. Como professora, há quase uma década na Educação Infantil, optei por escrever sobre essa temática uma vez que a mesma se faz presente em todas as escolas de Educação Infantil. Acredito que este período de adaptação, tanto para mim como também para os demais professores que atuam na Educação Infantil é um período angustiante, de muitas inquietações, preocupações e interrogações: como conduzir estes momentos? O que fazer em meio a tanto choro? O que dizer às famílias que se mostram inseguras em relação a este estágio? Ou, o que fazer para que as famílias entendam e participem deste momento tão importante e, ao mesmo tempo, tão sofrido para as crianças?

É neste cenário, em meio a tantas perguntas sem respostas e com as crianças em período de adaptação, que o ano letivo começa e nós, professores, vamos tentando nos ajustar, acertando, errando... Então, é hora de conversar com mãe, correr para atender uma, duas, três ou mais criança que choram. É assim que vejo e vivencio este momento há anos: uma correria, atividades mecanizadas. O que fazer para melhor encaminhar este processo?

A partir de tantas inquietações, interrogações e cansada de ver a mesma história se repetir todos os anos, decidi que meu artigo, requisito para aprovação em Especialização em Docência na Educação Infantil, versaria sobre o tema “Adaptação de crianças de 1 a 2 anos na creche”.

Assim teve início meu projeto de pesquisa. Depois de conversar com a orientadora da presente pesquisa, chegamos a conclusão que para começar a “conscientizar” professores e familiares sobre a importância deste momento, na primeira reunião do ano letivo, eu levaria este assunto aos demais colegas para juntos tomarmos algumas medidas que viabilizassem a qualidade da adaptação das crianças. Assim iria expor também aos mesmos que eu necessitaria fazer vídeos destes momentos, os quais serviriam como ferramenta pedagógica de sensibilização as famílias, e também aos professores, monitoras e estagiárias sobre a importância e a necessidade de valorização deste momento de adaptação.

Em meio a tantas inquietações, e por que não em meio a tantas dificuldades, que surgem no cotidiano da escola, optamos por escrever este artigo que tem como problemática entender quais as possibilidades de realizar a adaptação das crianças de 1 a 2 anos no contexto da Educação Infantil, no município de Restinga Sêca, a partir da relação da escola com as famílias, no sentido de sensibilizá-las para a importância desse momento nas vivências infantis.

A partir desta questão central surgem outros aspectos pertinentes a serem observados: quais estratégias/recursos são recorrentes no processo de adaptação das crianças na escola?; quais são as dificuldades que os professores encontram neste período de adaptação?; quais são os aspectos que dificultam as famílias participarem do processo de adaptação da criança no contexto educacional?

Considerando a pertinência da temática e a necessidade de apontamentos que tenham relevância para o campo de pesquisa de Educação Infantil (E.I.) o percurso metodológico se baseia em uma pesquisa de cunho qualitativo, que conta com análises de documentos, Legislações referentes à E.I., tais como Diretrizes Curriculares E.I., LDB, Constituição, Plano Nacional de Educação, Pareceres, entre outros, observações no/do cotidiano e gravações de vídeo, coleta de imagens.

Para um melhor entendimento da questão, penso ser pertinente que se faça aqui um breve histórico do surgimento das creches no Brasil, ou seja, um resgate da história sobre o surgimento das creches no Brasil, destacando-se, ainda, os aspectos que compõem a realidade da escola pesquisada, e considerações pertinentes acerca da adaptação.

EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: TRAÇADOS HISTÓRICOS DE SUA CONSTITUIÇÃO

Hoje com o processo crescente de industrialização e urbanização, com a presença cada vez mais intensa da mulher no mercado de trabalho, a escola cada vez mais partilha com a família a tarefa de cuidar e inserir as crianças pequenas no universo da cultura.

No fim do século XIX, surgem as creches, casa de infância, escolas maternais e jardins de infância. Foram as mudanças no cenário brasileiro, a industrialização, a urbanização e o atendimento as mães trabalhadoras, que contribuíram para o surgimento destas instituições.

São as transformações socioeconômicas ocorridas a partir do período republicano – com alterações nos modos de relação entre os sujeitos, além das mudanças no exercício das funções, em especial aquelas realizadas pelas mulheres – que espaços destinados aos pequenos começaram a ser pensados (ARAGÃO & KTREUTZ, 2010, p.27).

As casas de infância tinham o objetivo de dar assistência às crianças pobres. As escolas maternais eram destinadas a atender os filhos dos operários. E os jardins de infância com objetivo educativo para atender crianças de três a seis anos. O caráter assistencialista é o ponto comum entre estas instituições, pois eram mantidas por empresas, filantropia, igreja e órgãos de assistência social. Durante um longo período, a educação ficou assim, fragmentada e voltada para atender as necessidades dos pais que não tinham onde deixar seus filhos para irem trabalhar¹.

O assistencialismo marca o surgimento das creches no Brasil, sendo que as primeiras instituições criadas tinham um caráter de assistência social à infância, de natureza filantrópica, religiosa e médico-higienista para órfãos, abandonados, doentes e pobres. Kramer salienta que

na história da educação das crianças pequenas, as políticas adotadas estimularam a presença de soluções paliativas e/ou alternativas: desde iniciativas médico-higienista do início do século XX, passando pela LBA, Unicef, chegando aos movimentos sociais e comunitários dos anos 1970-1980 (2011, p.336).

Nesta época, nem sempre eram professores que atuavam nas creches, na maior parte eram voluntárias e religiosas. Nos anos 70, surgiu uma preocupação com a qualidade dispensada nas creches e nos Jardins de Infância, mas

pouco foi feito em termos de formação para os educadores ou investimento na área. As creches, em especial, eram locais de abrigo, depósitos para as crianças ficarem enquanto suas mães trabalhavam, não fazendo parte de um sistema educacional, com políticas públicas que as regulamentasse (ARAGÃO & KTREUTZ, 2010, p.34).

¹ Em 1899 surge no Brasil a primeira creche, no Rio de Janeiro, destinada aos filhos dos operários da fábrica de Tecidos Corcovado. Somente na década de 40, já no século XX, que Porto Alegre tem sua primeira creche.

A história da Educação Infantil foi marcada, até a década de 80, por uma educação compensatória (4 a 6 anos) e creches domiciliares (mãe crecheira). Não havia nenhuma legislação que tratasse sobre o assunto, as constituições foram, por longo tempo, omissas, permanecendo a ideia de amparo e assistência².

Esse panorama de descaso com a E.I, nas legislações, realmente muda a partir da Constituição de 1988, e mais recentemente com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). A Constituição de 1988, em seu artigo 208, inciso IV, afirma: “o dever do estado com a educação será efetivado mediante garantia de atendimento em creche e pré-escolas as crianças de zero a cinco anos de idade.” Afirma-se, assim, a criança como sujeito de direitos, cabendo à LDB o papel de ratificar a obrigatoriedade de oferecimento da E.I. em creches e pré-escolas por parte do estado. Em seu artigo 29, a LDB define como finalidade da Educação Infantil “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade”. É esta lei que pela primeira vez insere o termo “Educação Infantil” e coloca a E.I. como parte integrante da educação básica.

O ano de 1988 é o marco na história da Educação Infantil, pois a Constituição de 88 tem uma nova concepção de criança, ou seja, a criança passa a ser vista como sujeito de direitos. A Constituição, então, retira a E.I. do âmbito da assistência e insere no sistema educacional. Em seu artigo 206, inciso V e VII, respectivamente, tratam da formação dos docentes e da garantia de qualidade da E.I.

Flores (2010) afirma que nas últimas décadas do século XX, devido as representações culturais, as concepções teóricas e as legislações as concepções assistencialistas e de saúde foram se modificando, passando a ver a criança como sujeito com direitos a educação formal. Estas legislações foram o marco inicial para as conquistas na área da E.I, pois são elas que reconhecem como direito da criança e da família e um dever do estado o acesso a E.I.

A partir da década de 90 e os primeiros anos do século XXI: muitos desafios para a qualidade da E.I.

O cenário da Educação Infantil é marcado por grandes mudanças, pois ocorre um “período de criação de importantes definições legais e conceituais para a área educacional” (FLORES, 2010, p.29). São documentos como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a

² A Constituição de 1891 é omissa no que tange a regulamentação da E.I., a de 1946 refere-se ao amparo e assistência, sendo que a de 1937 remete a cuidados especiais. É na Constituição de 1967 que surge uma lei própria para discutir a educação infantil, a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61 e a lei 5.692/71.

Educação Infantil (2010), Referenciais Curriculares (1998), Parâmetros Nacionais de Qualidade (2006), Indicadores de Qualidade (2009) e Parâmetros Básicos de Infraestrutura (2006) e Plano Nacional de Educação (2000-2011) que foram criados pelo Ministério da Educação (MEC) com objetivo de orientar a organização da E.I.

E hoje, século XXI, a realidade da E.I. é outra? Pode-se dizer que existe por parte dos governantes uma preocupação com a Educação Infantil, pois foram criadas políticas públicas que efetivam esse direito da criança a E.I. com um mínimo de padrão de qualidade. Desde a década de 90, o MEC, a partir de vários documentos, o mais recente são as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil (DCNEI), vem criando estratégias para a melhoria da Educação Infantil.

Mesmo assim, a Educação Infantil parte integrante da Educação Básica, é umas das áreas educacionais que ainda merece um olhar especial. Esta área da educação vem apresentando um crescente aumento, pois há uma demanda grande na procura por vagas e muitas vezes o que se vê é a falta delas. Desse modo, como pensar em qualidade de atendimento, se esta qualidade está relacionada a ideia de garantia e efetivação do direito da criança à Educação Infantil. Direitos estes definidos de forma legal, que vão desde a Declaração Universal dos Direitos da Criança, passando pela Constituição de 1988, pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069/90), entre outros.

Para solucionar este problema de falta de vagas o Plano Nacional de Educação (2011-2020) tem como meta universalizar até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos e ampliar, até 2020, a oferta de Educação Infantil de forma a atender a 50% da população de crianças até 3 anos. Para isto, será necessário expandir as escolas de Educação Infantil e manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de E.I, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas. Tudo isso, segundo o PNE, deve ser feito em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios.

Se formos analisar a história da Educação Infantil desde seu surgimento até os dias atuais, pode-se dizer que desde então não ocorreram muitas mudanças. A realidade das instituições infantis é bem diferente do que a legislação propõe, pois além da disparidade número de vagas/alunos beneficiados ser um grave problema enfrentado por nossas escolas de E.I., já mencionado anteriormente, a infraestrutura, a desvalorização e formação inadequada dos profissionais que atuam nesta área merecem destaque. Desta maneira, pode-se notar um “distanciamento entre a legislação e o que de fato acontece na realidade das instituições” (AMORIM, 2010, p.457).

Mesmo que a realidade que atuo profissionalmente tenha mudado no ano anterior em relação à infraestrutura, acredito que seja pertinente fazer algumas considerações acerca de alguns problemas que ocorrem atualmente nas escolas de Educação Infantil que perpassam décadas. Um deles refere-se à infraestrutura dos prédios. São prédios improvisados, salas e banheiros inadequados, falta de pracinhas, pátios, áreas cobertas, materiais pedagógicos e brinquedos sucateados. Desta maneira como se apresenta a realidade das instituições de E.I. brasileira, torna-se difícil pensar em qualidade. Onde está a qualidade da educação de nossas instituições? Que precisa de uma infraestrutura com ambientes seguros, estimulantes, alegres e desafiadores para o pleno desenvolvimento das crianças.

São vários os documentos que abordam, orientam e definem critérios de qualidade em relação à infraestrutura. Entre eles, a LDB (1996) propõe que os recursos públicos devem ser aplicados na manutenção das instituições na forma de “aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessário ao ensino”. Como também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que preveem que as escolas devem promover oportunidades para que as crianças brinquem em pátios, jardins e praças tendo contado e respeito pela natureza, assim como devem ser oferecidos diversos materiais e objetos às crianças interagirem.

O Plano Nacional de Educação (2000), por sua vez, prevê padrões mínimos de infraestrutura para as instituições de E.I.: instalações sanitárias adequadas para a faixa-etária a que se destina; mobiliário; equipamentos e materiais pedagógicos; ambiente interno e externo adequado para o desenvolvimento das atividades; espaço interno com boa iluminação, ventilação e com visão para o espaço externo, entre outros.

Outra questão que merece destaque é a formação inadequada e desvalorização dos professores que atuam na Educação Infantil. Quanto à formação inadequada acredito que até há pouco tempo os cursos de graduação em Pedagogia deixaram falhas, os professores formados saíam das universidades sem explicitação clara de suas funções junto às crianças de zero a três anos. As estratégias criadas pelo PNE de promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura de forma a assegurar o foco no aprendizado do estudante, dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica, tende a solucionar este grave problema na formação de nossos professores.

O desafio proposto aos professores da Educação Infantil “cuidar e educar” requer outro pensar sobre a Educação Infantil: ver a criança como sujeito de direitos. Este novo jeito de pensar a educação das crianças pequenas evidencia a importância de conhecimentos sobre as teorias do desenvolvimento infantil, formação profissional continuada aos professores.

Parafrazeando Freire (1996), o educador que não estuda, que não se atualiza e não leva a sério sua profissão, não é capaz de realizar um trabalho com competência e qualidade.

A formação continuada é algo pertinente que faz parte do cotidiano das instituições de Educação Infantil, as secretarias de educação muitas vezes não favorecem meios e possibilidades de formação continuada para seus professores. Descumprindo o que diz o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 em relação à formação continuada:

Programas de formação continuada dos professores e demais profissionais também integram a lista de requisitos básicos para uma Educação Infantil de qualidade. Tais programas são um direito das professoras e professores no sentido de aprimorar sua prática e desenvolver a si e a sua identidade profissional no exercício de seu trabalho. Eles devem dar-lhes condições para refletir sobre sua prática docente cotidiana em termos pedagógicos, éticos e políticos, e tomar decisões sobre as melhores formas de mediar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, considerando o coletivo de crianças assim como suas singularidades.

Aqui se pensa medidas para a melhoria da Educação Infantil em termos de qualidade de atendimento: proposta pedagógica, currículo, valorização da infância e de suas individualidades. Questões estas que não eram pensadas no passado agora são debatidas e fazem parte do nosso cotidiano. No final do século XIX, início do século XX, se tinha sim uma preocupação com a infância, no entanto estas preocupações envolviam uma política de assistência. Segundo Kuhlmann

as exposições, palco de celebração do progresso e da ciência-que ocorreram em diversos países a partir de meados do século anterior- difundiam modelos de civilização e patrocinavam a realização de congressos profissionais os mais variados, com objetivo de normatizar e definir políticas homogêneas para diferentes aspectos da vida social- inclusive quanto a política assistencial e assistência à infância (1998, p.44).

Uma época muito diversa de outras vivências, por essa razão a criança não pode ser mais tratada como um “adulto em miniatura”, elas são agentes sociais e produtoras de cultura. Portanto, a escola deve ser um espaço que permita a criança viver sua infância, um espaço onde sejam respeitadas e pensadas.

A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: QUE ESPAÇO É ESTE?

A escola de Educação Infantil é um espaço/ambiente que tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças. Desta maneira, o trabalho realizado nas escolas de Educação Infantil tem caráter educativo que visa garantir assistência, alimentação, saúde e segurança com condições de qualidade que tragam benefícios sociais e culturais para as crianças. As DCNEI em seu artigo 8º destacam que

a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Portanto, este espaço/ambiente deve estar organizado de forma que o desenvolvimento das capacidades sejam elas de ordem física, afetiva, cognitiva quanto às de ordem ética, estética e política sejam valorizadas e propiciadas. Segundo estas mesmas diretrizes, os princípios éticos, políticos e estéticos devem ser respeitados. Desta maneira, será que todas as escolas de E.I. são este espaço/ambiente? Um espaço/ambiente desafiador, rico em aprendizagens, que ouve as crianças, que respeita seus direitos e individualidades. E a minha escola é este espaço/ambiente? Que espaço é este?

A escola que atuo localiza-se no município de Restinga Sêca, situado na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, e que teve sua emancipação no ano de 1959. O município possui uma população de 15.849 habitantes formada, predominantemente, por quatro etnias que expressam a diversidade cultural do seu povo: alemã, italiana, portuguesa e afro-brasileira. A sua economia envolve os setores da agricultura, pecuária, indústria e comércio.

A escola, por sua vez, foi criada no ano de 1991 e pertencia à Secretaria da Saúde. Inicialmente, a creche atendia 8 crianças, de 1 a 6 anos, filhas de mães trabalhadoras. Tinha uma diretora e duas funcionárias que se ajudavam, pois as crianças eram reunidas numa única turma.

Pode-se notar que mesmo com a Constituição de 88, na qual há uma nova concepção de E.I. e de criança, criança como sujeito de direito, e que retira a Educação Infantil do âmbito da assistência e a insere no sistema educacional, mesmo assim, quando fundada a creche fazia parte da saúde. E, para firmar ainda mais seu assistencialismo, a creche era destinada a filhos de mães trabalhadoras. Ideia esta que se tinha lá no século XIX quando do surgimento das primeiras creches no Brasil.

As creches não eram instituições de ensino *a priori*, mas sobremaneira de assistencialismo. Tinham como objetivo dispor um espaço para que as crianças ficassem enquanto suas mães trabalhavam, estando livres dos perigos do mundo e cuidadas em sua saúde e higiene (ARAGÃO & KREUTZ, 2010, p.28).

E assim, até o ano de 2001, a creche municipal de Restinga Sêca segue sua trajetória de caráter meramente assistencialista. Inicialmente não havia uma demanda excedente de vagas, mas com o passar do tempo o atendimento foi sendo ampliado e essa demanda começou a crescer. Foi necessário sua ampliação. A partir de então é que as turmas foram divididas em Berçário I, Berçário II, Maternal I e Maternal II.

É também no ano de 2001 que a creche passa a ser escola municipal de Educação Infantil, ficando a cargo da Secretaria de Educação. E a partir deste momento professoras e monitoras concursadas passaram a atuar na Escola.

Iniciei meu trabalho nesta escola no ano de 2003, logo após sua transformação para espaço educativo. Hoje, com mais conhecimento e aprendizagens, vejo o quanto esta escola ainda era de caráter assistencialista quando cheguei. Penso que isto se deve a sua criação, pois foram longos 10 anos de assistencialismo e, para mudar ideias e concepções, leva-se tempo.

Como querer que uma comunidade que estava acostumada com uma visão de “cuidados” perceba/conceba a creche como um espaço educativo, se a história do surgimento das creches é de cunho assistencialista, e também muitas vezes nossas práticas não fogem muito do apenas cuidar. Este cenário só se transforma com a Constituição de 88 e se firma com a LDB/96.

Será que as creches se firmaram como primeira etapa da Educação Básica com estes documentos legais? Vejo e vivencio que a ideia de assistência ainda é muito forte na comunidade que atuo. Isto fica evidente em respostas de algumas famílias quando questionados sobre o que esperam da escola: “*que as crianças sejam bem tratadas e cuidadas*”. Mesmo com todas as mudanças nas legislações, que não foram poucas e nem são recentes, acredito que ainda há muito que se fazer para alcançarmos uma Educação Infantil de qualidade. E parte desta mudança tem que partir da escola, ou seja, nós professores. Somos nós que devemos mostrar as famílias que a creche não é lugar apenas de cuidado, é um espaço educativo. Desde 2001, após sua transferência para a Secretaria de Educação, a escola vinha funcionando em precárias condições: prédio improvisado, falta de recursos pedagógicos e brinquedos. Sem contar com a demanda na procura por vagas, o que gerava turmas superlotadas, sem nenhuma preocupação com a qualidade, e sim com a quantidade.

Mas depois de 11 anos de luta e espera, no ano de 2012, a escola ganha um novo espaço/prédio através do Programa Proinfância - Programa Nacional de Reestruturação e

Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil. Este programa faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, que foi criado por meio da resolução nº 06/2007 do FNDE.

O Proinfância tem como objetivo prestar apoio aos municípios na reestruturação das redes de E.I., através de assistência financeira em caráter suplementar. São projetos padronizados, fazem parte três tipos: projeto tipo B, Projeto tipo C e Projeto tipo A. O município de Restinga Sêca foi beneficiado com o Projeto tipo B, que atende uma demanda de até 120 crianças por turno.

Este novo prédio está localizado ao lado de uma Unidade Básica de Saúde e de uma praça pública e, em suas imediações, ficam um supermercado, uma rádio comunitária, igrejas, pontos comerciais e várias residências.

Agora com uma infraestrutura de qualidade, salas grandes, arejadas e iluminadas e espaço amplo de recreação, porém toda esta melhoria do espaço não é o suficiente para termos uma educação de qualidade, existe ainda uma precária oferta de brinquedos, pois não se faz E.I. sem brinquedos. Atualmente, a escola atende em média 120 crianças entre 0 a 3 anos em turno integral, distribuídas em turmas de Berçário e Maternal, provenientes de todas as partes da cidade, prevalecendo crianças da zona urbana, que são beneficiadas com transporte escolar para chegar até escola. São raros os casos de crianças vindas do interior ou da zona rural do município.

No geral, as famílias possuem uma renda que varia de um a três salários mínimos e habitam em sua grande maioria em moradia própria, sendo a minoria moradora de casas alugadas. As famílias atuam em diferentes profissões como: do lar, doméstica, diarista, serviços gerais, açougueiro, agricultor, agente de segurança, entre tantas outras.

A religião católica é seguida pela maioria significativa das famílias, aparecendo também as religiões evangélica, adventista, quadrangular, testemunhas de Jeová e espírita. A grande maioria das crianças é da cor branca. Grande parte delas mora somente com os pais ou com os pais e irmãos. Algumas crianças também moram somente com a mãe, com a mãe e irmãos, com a mãe e os avós, entre outros. Em relação aos lugares de lazer das famílias elas citam: pracinhas, casa de familiares ou parentes, lancheria, restaurante, pastelaria, CTG, jogos de futebol, festas da comunidade e balneário.

O quadro docente é formado por 20 professores, um educador especial, diretor, vice-diretor, supervisor pedagógico e um secretário. Todo o quadro docente possui graduação em pedagogia e alguns com pós-graduação, mas apenas uma professora possui pós-graduação em E.I. e, atualmente, há 5 professoras fazendo pós-graduação em Educação Infantil. Ainda faz

parte da equipe escolar 3 monitores concursados e 13 estagiários que auxiliam os professores e cinco serventes.

Atualmente defende-se que a Educação Infantil cumpra o papel social de cuidar e educar crianças pequenas de 0 a 5 anos de idade. Em seu artigo 5º a Resolução CNE/CEB, nº 05/09 coloca que:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Assim, a filosofia da escola do município de Restinga Sêca é “educação e cuidado da criança, visando à formação da identidade” (PPP, 2012). Mas, o que está envolvido nesse ato de cuidar e de educar bebês e crianças pequenas? Para Barbosa (2009, p.68)

o ato de cuidar ultrapassa processos ligados à proteção e ao atendimento das necessidades físicas de alimentação, repouso, higiene, conforto e prevenção da dor. Cuidar exige colocar-se em escuta às necessidades, aos desejos e inquietações, supõe encorajar e conter ações no coletivo solicita apoiar a criança em seus devaneios e desafios, requer interpretação do sentido singular de suas conquistas no grupo, implica também aceitar a lógica das crianças em suas opções e tentativas de explorar movimentos no mundo.

Para isso, a Educação Infantil deve ser um ambiente em que as crianças possam se desenvolver e aprender, e que seus conhecimentos sejam enriquecidos. Espaço cotidianamente lúdico. Ambiente que entenda a criança como sujeito de direitos e produtora de cultura, assim:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Resolução CNE/CEB nº 05/09 artigo 4º).

São inúmeras teorias, leis que tratam de concepções sobre infância, sobre a melhor maneira de organizarmos uma efetiva Educação Infantil. Então me questiono, que espaço a minha escola proporciona? Um espaço este descrito nas teorias e DCNEI? Ou um espaço que prevalece às concepções de Educação Infantil do início do seu surgimento, meramente de caráter assistencialista?

Ao longo destes anos trabalhando nesta instituição percebo que as mudanças vêm aos poucos ocorrendo. Os profissionais que aqui trabalham têm uma visão educativa da escola, ao mesmo tempo em que sabem que educar e cuidar são indissociáveis. Acreditam e lutam por uma Educação Infantil de qualidade.

Ao mesmo tempo em que temos consciência que a qualidade está nas concepções de infância e educação que cada um tem e nas práticas pedagógicas, também entendemos que uma boa infraestrutura (figuras 1 e 2) é o ponto de partida, pois toda esta qualidade do espaço com certeza favorece a um bom desenvolvimento das atividades e acima de tudo este ambiente dá ao professor vontade e garra para fazer uma Educação Infantil de qualidade.



Figura 1: área coberta



Figura 2: pracinha

Muitas vezes as concepções de E.I. dos professores da escola e até mesmo a minha nem sempre refletem as concepções descritas nas teorias e nas DCNEI. Estas precisam ser construídas continuamente com o grupo para que o trabalho pedagógico com crianças pequenas não seja unicamente focado em explicações do senso comum. Trata-se de desconstruir mitos, crenças e concepções e construir outras concepções sobre a Educação Infantil alinhadas às novas DCNEI.

Portanto, as escolas de Educação Infantil devem garantir às crianças tempos e espaços para se desenvolverem (figura 3): brincar, aprender, socializar-se, desenvolver a autonomia e expressar-se, a partir de ações planejadas ricas em desafio, incentivo, como também amor, dedicação, afeto, carinho e proteção.



Figura 3: crianças brincando no pátio

ADAPTAÇÃO: E AGORA PROFESSOR?

Na literatura não há consenso entre os autores quanto ao termo para nomear o momento que a criança entra em uma instituição de E.I., são usados vários termos: inserção, adaptação e acolhimento. Na maioria das vezes ouço o termo adaptação, sendo este termo que é usado na instituição pesquisada.

Faço o uso do termo adaptação por entender que a partir do instante que uma criança começa a fazer parte de um mundo diferente - a escola, ela precisa de ajuda para adaptar-se e esta nova realidade. A partir de situações que favoreçam a sua segurança e proteção. Enfim, ela precisa fazer parte deste novo contexto de forma gradual, onde seu tempo e suas individualidades sejam respeitados. Para cada criança a adaptação se dá de forma diferenciada e ao seu tempo. Portanto este momento deve ser planejado e pensado de forma diferenciada.

As creches no Brasil tiveram sua constituição a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas no final do século XIX, principalmente pela participação da mulher no mercado de trabalho e sua luta por creches. Com esta mudança, cada vez mais cedo as crianças estão entrando nas creches e devido a isto, nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre Educação Infantil.

E uma questão que merece destaque é o período de entrada das crianças nas instituições a “adaptação”. O tema não é novo, mas a forma de organização e realização deste momento é um desafio permanente para os educadores que se veem diante de várias interrogações a cada início de ano letivo: como pensar e organizar este momento? O que propor nos primeiros dias, de maneira a favorecer uma adaptação tranquila, se é que é possível? Como agir com as famílias diante de suas inseguranças?

São estas interrogações e dúvidas dos professores que indicam que é necessário que este momento de adaptação seja pensado por toda a escola, de maneira que uma boa organização e planejamento deste momento trarão benefícios no atendimento das crianças e das famílias. Por consequência, facilitarão o trabalho do professor dando-lhe segurança e suporte para conduzir o período de adaptação com tranquilidade e conhecimento.

O início de ano letivo nas creches é bastante complicado e estressante tanto para as crianças como para as famílias e professores. Rapoport & Piccinini afirmam que “alguns estudos tem mostrado que tanto as mães como as professoras descrevem as primeiras semanas em cuidados alternativos como altamente estressante especialmente para bebês e crianças” (2001a, p.86).

Para Vitória & Rossetti-Ferreira a adaptação é de todos os envolvidos, pois

quando nos referimos aos processos de adaptação que ocorrem na creche, estamos considerando diferentes pessoas com diferentes papéis sociais. Todos os envolvidos neste processo, além da criança - a mãe em particular e o educador (a) - vivenciam-no com intensidade e características variáveis frente a mesma situação, e os esforços de adaptação realizados influenciam as reações das crianças e são por estas influenciados (1993, p.56).

Para as crianças que estão ingressando pela primeira vez na E.I. este é um momento muito delicado, pois significa a entrada em um mundo diferente e totalmente desconhecido. Como também a separação da família. Amorim, Vitória e Rossetti-Ferreira destacam que “esse novo contexto irá propiciar novos contatos e experiências, além de capturar, confrontar e criar continuamente novos significados promovendo novos recursos pessoais” (2000, p.5).

Assim, é preciso que a criança se familiarize com este espaço e pessoas criando vínculos afetivos de forma tranquila e gradativa, pois ela não está preparada para esta mudança. De uma hora para outra ela deixa o cuidado exclusivo da família e passa a vivenciar novas experiências, novas rotinas, novos hábitos, com os quais não está acostumada.

Para muitos responsáveis pelas crianças, este momento também gera desconforto, insegurança, ansiedade e culpa por estarem delegando para outras pessoas os cuidados e educação de seus filhos. Para a maioria das famílias e professores “o choro das crianças nos primeiros dias é, sem, dúvida, a reação que provoca mais ansiedade” (VITÓRIA & ROSSETTI-FEREIRA, 1993, p.60) e este choro é o principal motivo para gerar tanta preocupação e desconforto como também é o único e quase que exclusivo aspecto levado em consideração para avaliar se a criança está adaptada ou não.

Claro que o choro provoca ansiedade para ambos, mas ele não deve ser o único requisito para avaliar adaptação das crianças. Outros aspectos devem ser considerados: gritos, mau humor, bater, deitar no chão, passividade, resistência à alimentação e ao sono, como até mesmo doenças, pois “a criança pode somatizar seus sentimentos em relação a separação apresentando sintomas físicos como febre, vômitos, diarreia, bronquite, alergias, etc” (RAPOPORT & PICCININI, 2001a, p. 86).

Desta maneira devemos estar mais atentas a todos estes sinais e modificar nossa conduta de analisar a adaptação das crianças. Rapoport & Piccinini (2001a) descrevem dois instrumentos desenvolvidos com o objetivo de examinar indicadores de adaptação à creche que leva em consideração vários aspectos que devem ser observados, como: a brincadeira, a linguagem, a interação, entre outros.

Um dos instrumentos citados por Rapoport & Piccinini é a escala de adaptação de Varin e colaboradores (1996) que é formada por sete indicadores de uma má-adaptação. Os indicadores que devem ser analisados são:

1- pobreza no brincar e na comunicação, com baixa expressão de sentimentos e pequeno interesse nas atividades; 2- sofrimento na separação do objeto de apego; 3- reações agressivas com outras crianças e professores e até mesmo com brinquedos; 4- dificuldade durante o reencontro com pais; 5- baixa tolerância a frustração e ao estresse e dificuldade em ser confortado; 6- elevada ansiedade de separação, expressa pelo comportamento de agarrar-se aos pais, chorar e protestar; e 7- recusa do grupo da creche, associado a hostilidade com rotinas, brincando somente com seus próprios brinquedos (2001a, p. 86).

O outro instrumento para observar a adaptação referido por Rapoport & Piccinini foi desenvolvido por Fein e colaboradores e é formado por cinco itens e cada um é codificado conforme a frequência, a saber: “1- interesse em brinquedos e no ambiente; 2 - interação com pares; 3 - interação com o adulto; 4- afeto negativo; e 5 - afeto positivo” (2001a, p.86).

Como se pode perceber tanto um como outro instrumento analisam as atitudes das crianças frente as brincadeiras, interações e reações. E a partir de um conjunto de informações fica mais fácil avaliar como está sendo a inserção/adaptação das crianças. Desta maneira se tem uma visão geral do todo, assim temos a possibilidade de analisar sobre todos os ângulos e não apenas concentrar-se no choro como único indício de uma má ou boa adaptação. Para Rapoport & Piccinini (2001a, p.86) estes instrumentos “representam contribuições importantes para se examinar mais sistematicamente o processo de adaptação à creche”.

Se para as famílias e crianças este momento de adaptação é algo tão complicado que exige atitudes de superação frente ao desconhecido, ao novo o mesmo acontece aos professores todos os anos a cada início de ano letivo: novas crianças, novas famílias, novas experiências e novos desafios a enfrentar. Rapoport & Piccinini (2001a) afirmam que este período de adaptação é tanto difícil para crianças como para as famílias e professores devido às transformações e reorganizações que demanda este momento para todos os envolvidos.

Mesmo assim, a adaptação é pouco discutida nas instituições de E.I. e todos os anos se repete a mesma história. Então, como educadores, famílias e crianças podem enfrentar este desafio de forma menos angustiante?

Para as crianças esta entrada em um mundo diferente deve ser gradativa, aonde aos poucos vai se sentindo segura, protegida e confiante. É através da adaptação gradativa e do acompanhamento e presença da mãe (ou de um responsável) na escola que a criança vai vivenciando a experiência de ausência e volta da mãe. A presença de algum familiar deixa a criança mais segura e confiante. O que facilita sua exploração do ambiente e contato com as outras pessoas (colegas e professores). Rapoport & Piccinini (2001a), a partir de um

levantamento feito com educadores de Porto Alegre/RS, em 2000, evidenciaram que grande parte das creches não adotam na adaptação a presença dos pais.

Com isto pode-se perceber que a presença dos responsáveis não é uma prática muito comum nas instituições de E.I. no período de adaptação. É de grande relevância que alguém com quem a criança tenha um vínculo afetivo participe deste momento transmitindo segurança as crianças, pois isto possibilita que a criança saia para explorar o espaço e brincar.

Segundo Vitória & Rossetti-Ferreira é importante que a creche estabeleça:

Um contato gradual de exploração e familiarização para esse período inicial, solicitando e planejando a permanência da mãe, do pai ou de alguém com quem a criança tenha um vínculo afetivo forte, no decorrer dos primeiros dias ou enquanto se fizer necessário. Com essa medida possibilita-se à criança enfrentar o ambiente estranho junto com alguém com quem se identifica (1993, p.59).

Rapoport & Piccinini (2001a) elencam vários fatores que podem interferir no processo de adaptação, entre eles: o sentimento dos pais, a idade e temperamento das crianças e a qualidade da instituição.

O sentimento de insegurança por parte das famílias é bastante comum e visível. Elas ficam preocupadas, querem saber se as crianças vão se adaptar, se serão bem cuidadas. E muitas vezes esta insegurança acaba dificultando a adaptação das crianças, pois no primeiro choro as famílias já querem levá-las embora e pensam que não irão se adaptar, passando assim esta insegurança para a criança. “Existem casos em que é mais difícil para os pais separarem-se da criança do que a criança adaptar-se ao ambiente da creche” (RAPOPORT & PICCININI, 2001a, p.87).

Muitos sentimentos são transmitidos para a criança no momento em que essa começa a frequentar a escola. Segundo Vitória & Rossetti-Ferreira,

a maneira como a família e, em especial a mãe vê a entrada do filho pequeno a creche exerce uma influencia marcante sobre a reação da criança. A relação muito intensa existente entre eles determinará que muitas das emoções da mãe nesse momento serão percebidas e expressas no comportamento da criança (1993, p.57).

A família tem um papel fundamental neste momento, pois é ela que deve intermediar a relação professor/criança, “já que os familiares são aqueles que melhor conhecem o bebê e quem tem um maior investimento afetivo nele” (AMORIM; VITÓRIA; ROSSETTI-FERREIRA, 2000, p. 126). Por isso, a relação professor/família deve ser de respeito, amizade e sobretudo de parceria, estando preparados pra lidar com as diferentes situações que se apresenta neste momento.

Em relação à qualidade da instituição citada por Rapoport & Piccinini (2001) como um dos fatores que interferem na adaptação, os mesmos descrevem a razão adulto/criança, o

espaço físico, as rotinas, condições de trabalho e a formação dos educadores como os aspectos que devem ser analisados.

Se formos analisar detalhadamente cada um destes, veremos que cada um deles na sua maioria deixa muito a desejar. A razão adulto/criança é gritante, a maioria das escolas públicas de E.I. não segue o que determina o parecer 20/09 da CNE/CEB quanto ao número de crianças por turma.

Com isto, as turmas das instituições de Educação Infantil estão superlotadas, dificultando o atendimento das crianças. E como pensar e fazer uma adaptação com tranquilidade sabendo que este momento exige atenção e carinho quase que exclusivo para com as crianças? Como também são estes cuidados dispensados às crianças que interferem nas atitudes e decisões das famílias em deixar ou não as crianças na creche. “Quanto maior a satisfação da mãe com o cuidado dispensado, menor a sua apreensão em colocar e manter a criança na creche” (RAPOPORT & PICCININI, 2001a, p.88).

Os espaços físicos das creches merecem destaque; na maioria são salas pequenas, sem pracinhas. Sem espaços abertos para que a criança tenha contato com a natureza. “A sociedade contemporânea tem imposto às crianças uma infância que se distancia cada vez mais do brincar com a terra, com a água, com o fogo, elementos que estão presentes na vida ao ar livre” (HADDAD & HORN, 2013, p.9).

Além de contarmos com uma estrutura física muitas vezes precária, as rotinas das escolas estão engessadas e rígidas, não permitindo que se faça e se planejem atividades diferenciadas. Para Barbosa (2006, p.37), “a rotina é apenas um dos elementos que integram o cotidiano”, ou seja, as rotinas não podem ser vistas ou usadas apenas como algo que serve para organizar e controlar o cotidiano das instituições e sim como algo que serve para ajudar as crianças a se sentirem seguras. Segundo a autora, são caminhos e rotas que servirão para estruturar o trabalho com as crianças.

Vitória & Rossetti-Ferreira em suas pesquisas em creches também destacam o espaço, a carência de recursos materiais e humanos, a falta de formação continuada e a razão adulto/criança inadequada como fatores que podem influenciar na adaptação, pois a realidade das creches mostra que:

Um grande número delas ainda sofre carência de recursos materiais e humanos, o que impede a realização de um atendimento de qualidade. Muitas dessas creches não chegam a garantir uma razão adulto/criança adequada, dispõem de poucos brinquedos e materiais pedagógicos, apresentam problemas em suas instalações e não tem orientação para o trabalho educativo, nem projeto de formação em serviço para seus educadores. Dada tal realidade, poder-se-ia pensar que o tema adaptação não fosse relevante para essas creches (1993, p.56).

Outro fator como a idade e o temperamento, citado por Rapoport & Piccinini (2001a), devem ser considerados, pois ambos podem interferir na adaptação. Em relação a estes fatores Vitória & Rossetti-Ferreira também concordam que a idade influencia nos processos de adaptação, para elas há diferença nas atitudes das crianças conforme a faixa-etária, pois:

Bebês de três a cinco meses em geral não choram ou protestam quando a mãe ou algum familiar os deixa na creche. (...) Já a partir dos seis ou oito meses de idade é comum os bebês apresentarem uma reação negativa diante de pessoas estranhas. (...) eles estranham também a rotina diferente daquela que estão acostumados e a forma de receber os cuidados de alimentação, higiene, etc. Assim, temos os bebês que não aceitam o alimento, os que não querem ficar na sala, os que não querem trocar de roupas. (...) De um para dois anos, observou-se momentos de aumento nas reações de apego, de agarramento aos pais e de protesto na hora da separação (1993, p.58).

Assim como a idade, o temperamento da criança deve ser considerado, pois o temperamento varia de criança para criança. Algumas crianças “em função do seu comportamento, apresentam maiores dificuldades de adaptação até mesmo em ambientes de cuidados de qualidade e com cuidadores sensíveis e responsivos” (RAPOPORT & PICCININI, 2001a, p.89). Pois conforme seu temperamento agem de forma agressiva, tímida, são mais relutantes as interações.

Pode-se perceber que a adaptação depende de vários fatores, entretanto cabe ao professor ficar atento a cada um deles para que possa de maneira segura identificar o que pode estar influenciando na adaptação de cada criança, já que cada uma delas responde de maneira diferente a este período.

Também se faz necessário um olhar além desses fatores, pois “em função da complexidade do processo de adaptação à creche, ainda não se tem um modelo explicativo amplamente aceito que contemple pelo menos os principais fatores e, principalmente a interação entre eles” (RAPOPORT & PICCININI, 2001a, p.90).

Então voltemos nosso olhar a tudo que possa estar dificultando o processo de adaptação: relacionamento conjugal dos pais, gravidez, sexo das crianças, turno de frequência, satisfação da mãe com a atividade profissional, entre outros que julgarmos necessário, pois estes aspectos ainda são poucos discutidos na literatura, mas podem, de alguma maneira, influenciar no processo de adaptação.

Aos professores, cabe a organização de um espaço estimulante, acolhedor, com atividades lúdicas e prazerosas. Além desta preparação do ambiente, o professor tem a tarefa de atender ao mesmo tempo as crianças e as famílias. Em meio a tantas tarefas, como que o professor se sente sendo ele o mediador dos momentos de adaptação? Ao mesmo tempo em

que este momento de inserção exige preparo por parte dos professores, nos damos conta que nós, professores, muitas vezes estamos despreparados para lidar com a adaptação.

A cada início de ano letivo é um misto de sentimentos: angústia, medo, insegurança, apreensão, impotência, enfim todos estes sentimentos fazem parte do cotidiano dos professores da E.I. que se vê responsável e muitas vezes sozinho diante do desafio da adaptação.

Sozinho sim, porque muitas escolas como também as famílias não dão a devida importância para este momento, ele é tratado com desleixo, sem a mínima preparação para que ocorra de forma agradável. Agradável no sentido de que crianças, familiares e professores estejam preparados para este momento, que cada um saiba da importância do seu papel. As instituições devem se organizar de modo que o período de adaptação ocorra com tranquilidade e segurança. Para isto se faz necessário que exista uma proposta de adaptação.

Vitoria & Rossetti-Ferreira (1993) elencam algumas medidas que a escola pode realizar para favorecer o período de adaptação, entre elas a entrevista de matrícula na qual se apresenta informações gerais sobre a escola e serve como forma de conhecer a criança e a família, sendo de fundamental importância a presença do professor neste momento. Encontramos na Proposta Pedagógica da escola pesquisada a indicação de que realizar entrevista com as famílias é de suma importância para o desenvolvimento das atividades, o que vem ao encontro com a defesa das autoras, pois é um momento para conhecermos as famílias e conseqüentemente a criança. A instituição adota esta medida durante as primeiras semanas do início das atividades. Mas este momento ainda não foi bem assimilado pelas famílias, pois são poucas que comparecem no dia marcado para fazer a entrevista. Penso que este momento de entrevistas deve ser pensado de forma diferente para o próximo ano. Acredito que o melhor momento para fazer as entrevistas seja antes do início do ano letivo, assim se pode conhecer as crianças antes das atividades iniciarem.

Outra medida sugerida por Vitoria & Rossetti-Ferreira é que se faça uma reunião com as famílias a fim de que seja discutido este processo de adaptação, sendo que as autoras ainda enfatizam a importância de se planejar a recepção das crianças “com materiais e ambientes organizados antecipadamente, de forma que o educador possa dedicar maior atenção ao recém-chegado” (1993, p.59). E ainda coloca a importância de se adaptar uma criança por vez, para que se possa dispensar atenção e disponibilidade a criança que está chegando.

Raizer & Zamberlam destacam, em uma pesquisa sobre a adaptação de bebês na creche, a importância de uma

instituição ter uma programação visando a inserção dos bebês, no período inicial, em um esquema conjunto envolvendo profissionais e a família e a disposição das cuidadoras para isso, tem reduzido o tempo de adaptação dos bebês e facilitado um clima emocional mais seguro para todos os que dela participam (2007, p.15).

Acredito que à medida que os responsáveis pelas crianças e professores tenham consciência do que é e de que forma deve ser a adaptação, este momento tornar-se-á menos angustiante e mais fácil. Se este momento for pensado por toda escola, de maneira organizada e planejada tende a trazer benefícios no atendimento das crianças e das famílias e por consequência facilitará o trabalho do professor, dando-lhe segurança e suporte para conduzir o período de adaptação com tranquilidade e segurança. “O momento de ingresso de um bebê em uma instituição educativa precisa ser pensado e planejado com antecedência” (RAIZER & ZAMBERLAN, 2007, p.1).

APONTAMENTOS ACERCA DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

No início da pesquisa, minha dúvida era em relação a que tipo de pesquisa iria fazer, qual instrumento de coletas de dados iria utilizar, por que quando a pesquisa envolve crianças, segundo Alderson “um dos maiores obstáculos, ao se fazer pesquisas com crianças, é infantilizá-las, percebê-las e tratá-las como imaturas, e com isso, produzir provas que apenas reforçam ideias sobre sua incompetência” (2005, p.432).

E também, para mim, este tipo de pesquisa era algo novo, as crianças não eram apenas os sujeitos da pesquisa, elas faziam parte do processo, eram os atores porque o tema “adaptação” envolvia suas reações, falas, gestos e eu deveria ter o cuidado para que durante toda a pesquisa eu fosse capaz de ouvi-los, permitindo sua participação.

Assim optei por uma pesquisa de caráter qualitativo que, segundo Minayo, “ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização e variáveis” (1994, p.1). A escolha deste método é devido às características do problema estudado, pois é uma pesquisa que tem como finalidade responder questões da realidade que não podem ser quantificadas.

Para realizar a pesquisa lancei mão de técnicas de coleta de dados que de algum modo me ajudassem na observação, percepção do cotidiano em que desenvolvo minhas práticas, para tanto produzi fotos, deixei várias vezes a filmadora ligada para capturar mediante filmagens o que se passava nas atividades, rotinas pedagógicas desenvolvidas tanto por mim quanto pela professora assistente, famílias e crianças. Penso que o uso de fotos e vídeos nos mostra a realidade, os detalhes, os gestos, as falas que passam despercebidas durante as observações, que depois podem ser analisadas e interpretadas com mais calma. Para Loizos “[...] a imagem, com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito, mas poderosa das ações temporais e dos acontecimentos reais - concretos, materiais” (2010, p.137).

A observação como instrumento de coleta de dados “é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos e fenômenos que se desejam estudar” (MARCONI & LAKATOS, 2003, p.190). Com a observação o pesquisador consegue identificar e obter respostas para seus estudos, tendo um contato mais direto com a realidade.

A observação como instrumento de coleta de dados foi ao longo da pesquisa algo que muitas vezes me preocupava e era difícil, porque ao mesmo tempo que eu era a pesquisadora, eu era o sujeito pesquisado, e nos avaliar, criticar e julgar não é tarefa fácil. A partir do momento que comecei a coleta de dados, precisei ter um olhar cauteloso sobre todos os aspectos e ficar atenta a todos os detalhes, fala e situações. E aí o tempo todo me questionava: o que posso tirar desta situação? De que forma conduzir a pesquisa para que não interferisse no meu trabalho? O que relatar neste dia?

Em relação às fotos e vídeos a dificuldade foi em registrar os momentos que para mim seriam importantes para a pesquisa, dificuldade porque como evidenciei anteriormente, ao mesmo tempo em que era eu a professora atendendo as crianças e familiares, era eu a pesquisadora que estava atenta à realidade que se apresentava naquele início de adaptação. E na maioria das vezes a pesquisadora saía de cena e entrava a professora preocupada, angustiada para fazer seu trabalho, atender as crianças que choravam, que queriam colo e atenção como também atender as famílias aflitas e inseguras.

A pesquisa foi realizada na escola X de Educação Infantil do município de Restinga Sêca/RS. Com oito crianças, entre 12 e 18 meses de idade, uma das turmas de Berçário II da escola, a qual eu sou professora regente. Destas oito crianças, apenas três estavam tendo sua primeira experiência em creche. Para preservar a identidade das crianças, optei por usar nomes fictícios: Lucas, Maria, Pedro e João.

O processo de coleta de dados teve início no dia 13/02/2013, quando do início das atividades com as crianças e se estendeu até meados de abril/2013. Foram usados como espaços para a coleta de dados a sala, o refeitório, a pracinha e área coberta.

Antes de chegar a este dia, o processo de pesquisa já vinha sido pensado. No final do ano anterior, durante os meses de novembro e dezembro foi o momento que fiz a escolha da metodologia e elaborei o plano de ação. Este plano de ação faz parte deste artigo, nele estão expressas as ações que pretendo desenvolver dentro da escola. Ações estas que visam a melhoria da qualidade da educação prestada nesta escola quanto a inserção/adaptação. Foi a partir deste plano de ação que se iniciou minha pesquisa.

Então chega o dia de começar a pôr em prática minhas ações. No início do ano letivo de 2013, no dia 01/02/2013 apresentei meu plano de ação a equipe diretiva e aos demais colegas.

Primeiramente coloquei a todas que neste semestre de 2013 estaria concluindo a Pós em Docência na Educação Infantil e que meu tema de pesquisa era “adaptação das crianças na creche”. Falei o porquê da escolha deste tema. Após apresentei o plano de ação, explicitando

o que era, como seria realizado e da sua importância para viabilizar melhorias no processo de adaptação da escola.

Acredito que todos demonstraram interesse e julgam ser necessárias mudanças em como proceder neste período, pois alguns comentaram “*acho importante que a adaptação seja gradativa*”, “*no berçário I deveria ser no mínimo uma criança por vez*”, “*é um período muito complicado*”.

Vejo que este plano de ação veio a somar com o trabalho da equipe diretiva, pois neste ano a escola está sob nova administração e esta nova equipe tem um olhar diferenciado a respeito da /adaptação das crianças, mostraram preocupação com este momento e a prova disto era que um dos assuntos da pauta da reunião foi sobre o período de adaptação das crianças.

Para nós professores é muito significativo começar um ano de trabalho com uma equipe diretiva que toma decisões e busca soluções para resolver os problemas enfrentados no cotidiano. Assim foi feito em relação à adaptação, a direção após posicionar-se e comprometer-se com os professores que a adaptação deverá ser gradativa, com no máximo duas crianças por turma levou a decisão as famílias. As quais em reunião, realizada no dia 04/02/13, não se opuseram e se comprometeram a participar deste momento tão importante para as crianças.

Como pensava, a questão da adaptação não é um problema enfrentado só por mim, isto pude perceber no final do ano de 2012 quando em uma reunião para se estudar a Proposta Pedagógica, os professores se manifestaram a favor de se colocar nesta nova Proposta Pedagógica algo que falasse sobre a adaptação, que até aquele dia nada constava sobre o assunto, e assim ficou o texto:

Nesse momento que marca o início da entrada da criança na instituição denominado período de adaptação, onde a criança se distancia da família para aprender a conviver num novo grupo, é necessário que sejam pensadas estratégias para que se sinta segura e acolhida nesse novo ambiente, criando referências e vínculos com outras pessoas que, a princípio, lhe são estranhos. Para isso, é preciso que sejam pensados:

- Momentos com os pais e as crianças anteriores à entrada da criança para conhecerem os espaços e atrativos da EMEI;
- Momentos para conhecer as crianças – ficha de entrevista familiar com os pais, ficha de matrícula, relatórios de outros profissionais que tenham com elas trabalhado, etc.;
- Momentos onde as crianças novas possam possuir uma atenção mais individualizada com a presença dos pais ou familiares, se necessário;
- Momentos em que as crianças novas possam compartilhar atividades bastante interessantes com o grupo de crianças que já frequentam a EMEI. (Do texto - Projeto Político-Pedagógico na Educação Infantil, das autoras Fátima Regina Teixeira de Salles Dias, Vitória Líbia Barreto de Faria, Mara Vasconcelos, 2009, p. 12).

Para que as crianças possuam uma atenção mais individualizada com ou sem a presença dos pais ou familiares, quando isso não for possível, deve-se pensar em tempos de permanência da criança na Escola reduzidos durante esse período ou na inserção de no máximo duas crianças por turma ao mesmo tempo.

A mãe deve permanecer o período necessário para a adaptação da criança na Escola, o qual pode ser diminuído gradativamente com negociações ou de acordo com as manifestações da criança. (PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EMEI GENTE INOCENTE, 2012, p.47).

No dia 08/03/2013, em reunião pedagógica, questionei as colegas: *como estão sendo aplicadas/entendidas as novas medidas referentes ao período de adaptação? Está melhor que os outros anos?* E para minha surpresa as respostas foram negativas. Estas respostas trago ao longo do texto.

Após a coleta de dados, iniciei o processo de organização dos mesmos, examinando detalhadamente quais seriam usados e selecionando as melhores imagens (fotos e vídeos) que pudessem me ajudar a responder a questão norteadora da pesquisa.

Foram selecionadas fotos e gravações de vídeo realizados nos primeiros dias/semanas do início do ano letivo 2013. Após esta seleção, fiz a edição de um vídeo, o qual apresenta vários momentos do período de adaptação, que será entregue a direção da escola como parte do desenvolvimento do plano de ação proposto na especialização. Pretendo que este vídeo seja uma ferramenta pedagógica que possa ajudar a escola a promover uma sensibilização junto aos pais sobre a importância e a necessidade de valorização deste período.

Com os dados coletados e selecionados, dei início à luz de fundamentos teóricos que dão sustentação a esta pesquisa à análise de dados.

ENTRE AS MEMÓRIAS E A VIVÊNCIA DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0-3 ANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao escrever meu memorial pude perceber que inúmeras vezes me reporte a momentos da minha infância fazendo referência à adaptação, seja de pessoas ou lugares. Assim foi também quando descrevi minha trajetória profissional. Com isto, fica claro que ao longo de nossa vida estamos em constante adaptação, seja de pessoas e lugares, enfrentando desafios e medos. Assim, vejo a adaptação das crianças na creche como um desafio a ser enfrentado a cada ano, que marca, sem dúvida, a vida das crianças como das famílias e professores.

E neste desafio inúmeras questões surgem as famílias: qual a melhor hora para colocar as crianças na creche? É necessário? Como também aos professores: como conduzir este período de adaptação? Ao mesmo tempo em que surgem interrogações desta ordem ocasionando dúvidas, há famílias que devido à necessidade de trabalhar se veem obrigadas a deixarem as crianças na creche.

Esta necessidade das famílias é muito comum e, devido a isto, surge este descaso com o processo de adaptação. Isto fica evidente numa fala de uma mãe, “*vai ter que ficar não tem outro remédio*”, em relação a adaptação de seu filho no Maternal I. Esta observação foi relatada pela professora da turma quando perguntei como estava sendo a adaptação de sua turma, pois este menino chorou todo o tempo que passamos juntos naquela manhã.

E aí me pergunto como fica a adaptação? Se por um lado há aquelas famílias receosas em colocar as crianças na creche, há outras em grande maioria que nem se importam com este momento. Como conduzir um processo de adaptação agradável, com participação, se a família não se faz presente e o professor acaba ficando sozinho, sem conhecer a criança, seus hábitos e rotinas.

Muitas famílias não podem ou até mesmo nem se importam em ficar as crianças durante a adaptação. Em relatos feitos pelas professoras em uma reunião pedagógica, realizada após um mês do início das atividades, quando questionei: “*como estão sendo aplicadas/entendidas as novas medidas referentes ao período de adaptação? Está melhor que os outros anos?*” E para minha surpresa a maioria das respostas foi negativa, entre elas: “*ainda tá difícil*”, “*as mães não se conscientizaram que precisam vir*”, “*solta o filho e vai embora, diz que volta e não aparece mais*”, “*chora a manhã toda*”, “*tive dias que tive quatro em adaptação*”.

A partir destas reclamações nota-se que ainda existe um caminho longo a percorrer para efetivar uma adaptação de qualidade, tanto um trabalho de conscientização das famílias quanto dos professores que muitas vezes não sabem como conduzir este período de adaptação.

Em relação às reclamações dos professores, a supervisora se manifestou pedindo que a comunicasse quando estivesse ocorrendo casos deste tipo, pois iria chamar as famílias para conversar, colocando a elas a importância da sua participação.

Ao mesmo tempo em que se coloca a importância da presença de algum familiar durante a adaptação, surge algumas controvérsias entre os professores. Percebo que alguns não gostam da presença de familiares ou de outra pessoa na sala, talvez por se sentirem vigiados, analisados.

Em conversas informais com colegas, algumas colocam a situação das famílias ficarem junto como incômodo. Referem-se à situação como desagradável, não ficam à vontade. Algumas dizem: *“a mãe fica o tempo todo na sala, isto não é adaptação”*. Qual então a necessidade das famílias virem acompanhar as crianças, se não podem estar com elas? O professor deve saber o momento de pedir para que a família se retire da sala e permaneça em outro espaço e fazer desta aproximação professor/família uma aliada para conduzir o processo de adaptação.

Em outro momento, na pracinha estava lá uma turma de Maternal e notei que havia duas crianças que choravam muito, então perguntei: *“quantas crianças estão em adaptação?”* A professora da turma responde: *“três”*. Retornei a questionar sobre o assunto: *“mas a família não veio acompanhar este momento?”* e a resposta foi: *“vem, mas é pior”*.

Estas respostas assim como tantos outros comentários que ouço, *“não gosto que os pais fiquem na sala”*, *“acho pior quando os pais estão juntos, assim vai demorar mais para se adaptarem”*, são contrários à ideia e à maneira como conduzo o processo de adaptação dos meus alunos. Acredito que se é para ficar afastadas das crianças, a presença das famílias perde a razão em relação a adaptação.

São a partir de respostas e comentários como estes que me questiono. O que nossos professores pensam a respeito do período de adaptação? Como conduzem este momento?

Devido a isto acredito que deve ser feito um trabalho com todos os professores. Não basta estar na Proposta Pedagógica que a adaptação deve ser gradativa, se professores não tiverem consciência da importância deste momento e de como ele deve ser dirigido, sejam em relação às atividades, às rotinas, à organização do espaço como também à importância da relação professor/família.

Rapoport & Piccinini (2001b) destacam a necessidade da presença da família ou alguém com quem a criança tenha uma relação afetiva no período de adaptação. A atitude das famílias diante o processo de adaptação é primordial para seu bom andamento. A família que não se preocupa com este momento, que não dá o devido valor a ele, com certeza desconhece a importância de seu papel e a necessidade de estar junto da criança neste período.

Tenho ao longo da minha atividade profissional vivenciado os dois lados da adaptação: famílias preocupadas/participantes e famílias ausentes. Este ano letivo foi um dos primeiros anos que presenciei na minha turma familiares que demonstraram interesse e participaram deste momento. Isto ocorreu com o menino Lucas (17 meses de idade), que sempre teve a presença de um familiar durante os dias que frequentou a turma, como também permanecia tempo reduzido.

Esta experiência foi muito positiva no sentido de poder ter um contato com a família e conhecer a criança. Da mesma forma, a adaptação gradual favorece um bom encaminhamento do trabalho do professor que pode dar atenção a todas as crianças. Ao contrário quando a criança fica na escola em tempo integral, sem a presença de alguém para intermediar a relação professor/criança, dificulta-se o trabalho com as demais crianças e causa angústia e insegurança ao professor que se sente impotente, sem saber como realizar seu trabalho em meio a tanto choro.

Durante semanas esta situação se repetiu com Maria (12 meses de idade) que, por ser uma criança que já frequentava a creche desde o ano anterior, a família acreditava que ela iria ficar bem. Mas as gravações e fotos mostram o contrário. Maria chorou muito, não brincava, não interagiu com colegas e nem com professores.

Isto merece destaque, pois a readaptação também precisa ser pensada tanto quanto a adaptação de novas crianças, pois um espaço longo de tempo como, por exemplo, as férias pode ser um fator que interfere na adaptação das crianças, como foi o caso de Maria que ao voltar das férias apresentou por semanas comportamentos de uma mesma criança que começa a frequentar a creche pela primeira vez. Para Rapoport & Piccinini (2001b) períodos longo como férias, finais de semana e faltas frequentes podem estar associados a retrocessos no período de adaptação.

Notei que Maria após uma semana sem frequentar a escola regrediu no comportamento em relação à adaptação, pois ao voltar suas manifestações eram de uma criança que entra na creche pela primeira vez. Tudo aquilo que ela tinha construído durante as primeiras semanas, seus progressos, foram em vão. Tal situação evidenciada tem respaldo na afirmação de Rapoport & Piccinini.

As gravações e fotos evidenciam que Maria precisava de um acompanhamento de alguém próximo a ela como também não ficar em turno integral, pois chorava muito, não brincava, não interagia com professores e nem colegas e só se acalmava no colo ou em seu carrinho. É importante que se permita que a criança traga de casa um bico, um brinquedo, um paninho, pois estes objetos acalma as criança e com isto se sentem mais seguras. No caso de Maria seu carrinho era seu aconchego, onde se sentia bem e se acalmava um pouco.

Pode-se perceber que nenhuma adaptação é igual, cada criança se comporta de forma diferente. É o caso de menino João (18 meses de idade) que desde o início mostrou-se tranquilo, interagindo com professores e colegas, não precisou que ninguém o acompanhasse neste período.

Desta forma, fica claro que a forma que o professor vai encaminhar o processo de adaptação deve ser diferenciado. Tem casos que a presença de um familiar não será necessária, pois alguns logo aceitam a separação e constroem um vínculo com a professora e há outros que se faz necessário a presença de algum familiar ou alguém com que tenha um vínculo afetivo por mais tempo.

Quando me refiro à participação faço referência à presença das famílias durante o período de adaptação. Nos vídeos feitos durante o período de adaptação, aparece a mãe do menino Lucas junto na sala, dialogando comigo, intermediando a relação minha com o menino.

Também, em outros dias que se seguiram, sempre houve a presença de algum familiar com Lucas, proporcionando a ele segurança. Observei que no momento que a mãe ou a avó estava por perto, Lucas brincava e se comunicava alegremente comigo e com os colegas. Já no momento que a mãe ou a avó se distanciava ou saía da sala ele rapidamente dava por sua falta e começa a procurar, chorando. Um dos vídeos mostra claramente isto: Lucas, quando dá falta da mãe, corre para a porta chorando, chamando-a.

A segurança da família neste momento é fundamental. O choro faz parte destes momentos de adaptação. É através dele que a criança transmite seus sentimentos, desejos. O choro, sem dúvida, incomoda muito os professores, ora por não saber como acalmá-lo, ora por se tornar cansativo e estressante aos ouvidos.

Mas fazer o que, se este é o meio que encontram para nos mostrar que algo não está agradando, que não querem estar ali. Por que é através do choro que estas crianças que estão em fase da construção da linguagem oral nos mostram seu desconforto, inseguranças e medos. Maria, em diversos momentos de sua adaptação, usou do choro para nos comunicar que precisava de nossa presença, de um colo para sentir-se segura, como mostra a figura 4.



Figura 4: menina em um dos seus momentos de adaptação.

Para Wallon (2000), conforme Rocha (2012) o choro para os bebês é de caráter vital, pois é a partir do choro que bebês e crianças pequenas manifestam seus desejos, fazendo com que suas necessidades sejam atendidas. Assim, o choro é o modo de comunicação mais comum nas creches entre os bebês e crianças pequenas, principalmente em processo de adaptação. Então cabe aos professores paciência, como também buscar compreender o que querem dizer a partir do choro.

No caso da adaptação o choro significa a vontade de não estar ali, como também, no caso de Maria, o afeto, a proteção, porque é evidente nos filmes e fotos que a menina com seu choro incessante estava pedindo aconchego do colo, aonde se sentia segura e protegida. À medida que nós atendíamos seu pedido, com afeto e ternura, logo se acalmava. Para Rocha “lidar e acolher o choro são saberes absolutamente imprescindíveis para o trabalho docente” (2012, p.71).

E são estes momentos de choro, os que mais se observam durante o período de adaptação, os maiores responsáveis pela insegurança e apreensão das famílias. As gravações em duas situações diferentes mostram o quanto o choro incomoda as mães, pois ao ouvirem o choro dos seus filhos, entram na sala para acalmá-los.

Também, durante observações, pude notar o quanto o choro causa dúvida aos familiares em relação a adaptação ou não da criança. A avó que acompanha Lucas falou quando ele começou a chorar “*não sei se vai se adaptar*”, em outro dia, a mãe do mesmo

menino demonstrou insegurança quando vê ele chorando e diz: *“será que vai se adaptar?!”* uma outra mãe, fala: *“vou trazer Pedro aos poucos, tenho pena de ver ele chorar”*. Os sentimentos demonstrados pelos familiares, segundo Rapoport & Piccinini (2001b), influencia o comportamento das crianças durante o período de adaptação.

Mas algo me chama atenção, as famílias, na sua maioria, não têm paciência, querem que as crianças se adaptem rapidamente, pensam que o processo deva ter um tempo determinado. E quando passam alguns dias e não veem progresso pensam logo em desistir. Claro isto quando elas não têm a necessidade de deixarem as crianças na creche para irem trabalhar.

Pegando parte de um comentário de uma das mães, citado anteriormente, *“vou trazer aos pouco”* e pela presença da mãe ou da avó de Lucas durante o tempo que ele permaneceu vindo a creche pode-se notar que ambas entendiam o processo de adaptação como um momento delicado e importante, que necessita da presença de alguém além de ser gradativo, como aponta vários estudos, entre eles Rapoport & Piccinini (2001a).

Muitas vezes a decisão de colocar os filhos na creche não é uma tarefa fácil para a mãe, pois há oposição por parte de alguns familiares (pais, avós). Constatei esta situação com duas mães que estavam participando da adaptação de seu filho. Uma delas, a mãe de Pedro comenta: *“o pai não queria que ele viesse pra creche”*, a mãe de Lucas fala *“meus sogros estão torcendo para que ele não fique, eles não querem que ele venha para a creche”*.

Apesar da oposição da família as mães enfatizam que querem que eles venham para a creche, pois a primeira diz: *“quero que ele brinque com outras crianças, ele é muito só”*, a mãe de Lucas ressalta: *“quero trabalhar e vai ser bom pra ele conviver com outras crianças”*.

Ambas as mães apresentavam, no início da adaptação, consciência da importância de deixarem seus filhos na creche para seu desenvolvimento, pois se percebe que elas veem a entrada da criança na creche como algo que vai favorecer a socialização e a interação com outras crianças, a medida que vai ampliando e adquirindo novas aprendizagens. Para Filho *“a creche é entendida como um lugar privilegiado para viver a infância e também como espaço/tempo de traçar processos sociais intencionais de mediação e interação”* (2007, p.31). Assim, a figura 5 mostra algum dos momentos de socialização e interação da turma pesquisada.



Figura 5: crianças pesquisadas brincando.

São as interações que fortalecem e promovem a novas aprendizagens, ou seja, “a criança se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere” (OLIVEIRA, 2010, p.50).

Acredito que esteja na interação e socialização um dos principais objetivos da E.I., pois é através deles que a criança constrói conhecimento como também se insere e produz cultura. Para isto, é fundamental que a criança seja vista conforme destaca as DCNEI, “um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, aprende, observa, experimenta, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”.

No entanto, vejo que a maioria das famílias não pensa a creche como um espaço de aprendizagem. Ao contrário, elas a veem como um espaço para deixarem as crianças enquanto trabalham. A mãe de Lucas e João, no início da adaptação, apresentavam um discurso que descrevia a creche como um espaço de socialização, mas com o passar dos dias a desistência dos dois, mostra que este pensamento não está tão fortalecido. A mãe de Lucas, devido às manifestações de seu comportamento em casa diz: “*ele está muito inseguro, com medo*” e isso fez com que ela desistisse de colocá-lo na creche.

As atitudes de Lucas tanto em casa como na creche e as manifestações contrárias dos familiares para que ele ficasse na creche fez com que a mãe optasse por ficar com ele em casa aos cuidados dos avós. Decisões como esta mostram que a creche ainda não tem seu valor educativo reconhecido.

A creche, enquanto instituição de E.I., precisa firmar seu papel socializador, rico em interações e aprendizagens embora o discurso e o pensamento assistencialista predominam. Para isto, as DCNEI evidenciam que um dos objetivos da Proposta Pedagógica é garantir à criança convivência e a interação com outras crianças.

A maior preocupação das famílias é em saber se as crianças estão bem cuidadas, alimentadas. Quando chegam, não perguntam o que a criança fez, se brincou se participou das atividades, como está se relacionando com colegas e professores. Não estou aqui desfazendo do ato de cuidar da creche, que também é uma tarefa imprescindível, quero mostrar que nas concepções das famílias o cuidado torna-se objetivo primordial da creche.

É nas palavras da mãe de Maria, relatadas pela auxiliar da turma, que identifico a questão do cuidar como principal preocupação das famílias. Em uma das manhãs que trouxe Maria, a mãe permaneceu na sala por algum tempo e pediu que não deixassem a menina no carrinho para não cair, que colocassem no balanço. Até aí é compreensível à preocupação da mãe, mas no instante que Maria começou a engatinhar a mãe diz: “*cuidado filha, vai se machuca.*” E quando a menina tenta levantar-se fala: “*não levanta, tu vai se bater, vai cair*”.

Diante de atitudes como esta é evidente que a mãe de Maria está preocupada somente com seu bem-estar. E seu desenvolvimento como fica? Como vai caminhar se existe toda uma série de cuidados para que não se machuque? A relação cuidar e educar não são entendidos e nem pensada pelas famílias da mesma forma que para os educadores, indissociável.

A decisão de colocar a criança na creche deve ser uma atitude pensada e decidida pelos responsáveis pela mesma, porque a oposição de um pode acarretar indecisão quanto deixar ou não a criança na creche. Para Amorim, Vitória e Rossetti-Ferreira (2000) esta decisão deve ser compartilhada, pois “muitas vezes, a decisão de colocar o filho na creche contrapõem-se as concepções e expectativas dos familiares, o que resulta em um processo tenso e cheio de conflitos” (p. 128).

Acredito que estas duas situações de adaptação, na qual os familiares se opunham a entrada da criança na creche foi um dos motivos que fizeram com que ambas as mães depois de duas semanas desistissem de manter seus filhos na creche. A mãe de Pedro apenas deixou de aparecer e não explicou o motivo. A outra, mãe de Lucas, ao desistir da vaga comentou

que o comportamento do menino estava diferente e acreditava que ele não iria se adaptar e diz: *“os avós que ficaram faceiros, não queriam mesmo que eu trouxesse ele.”*

Esta oposição dos avós deve ter sido significativa na decisão da mãe, pois de um dia para o outro ela tomou esta decisão de não trazê-lo mais. É fundamental que a família esteja certa e segura na decisão de deixar a criança na creche, caso contrário as dúvidas causarão incertezas e as manifestações de reações das crianças neste período acarretam para sua decisão de retirá-los da creche.

Ao analisar os vídeos posso fazer referência ao que as autoras Vitória & Rossetti-Ferreira (1993) colocam a respeito da idade e temperamento como um dos fatores que podem interferir no período de adaptação. Já tive experiência de trabalhar com várias faixas etárias, e notei que os bebês, de três a cinco meses, dificilmente choram quando são deixados na creche, sendo mais tranquila sua adaptação. Quando um pouco maiores, de seis a oito meses, percebe-se uma maior relutância em ficar e começam a estranhar, manifestando sua reação pelo choro.

Já na idade entre um e dois anos, que é o caso das crianças pesquisadas, a adaptação em muitos casos é mais difícil. Foi o caso de Lucas e Pedro que protestavam com a separação da mãe, agarrando-se a elas e não permitindo que eu chegasse perto. Em um determinado dia, cheguei perto de Pedro e ele correu para o colo da mãe, agarrando-se a ela.

Assim como a idade, o temperamento é bastante sugestivo de ser considerado. Pude fazer uma comparação entre os temperamentos das crianças que estavam em processo de adaptação e percebi realmente que ele varia de criança para criança, assim como ele interfere nitidamente na adaptação das mesmas.

Observei que João é uma criança calma e tranquila e por consequência sua adaptação foi rápida, sem dificuldades. Já Pedro foi uma criança relutante a presença do professor, agindo de forma agressiva. No momento em que tentei uma aproximação dele, não gostou da minha presença e começou a bater na mãe protestando.

No caso de Maria sua adaptação foi difícil porque era uma criança retraída, não gostava da aproximação dos colegas, e respondia a isto com choro. Lucas demonstrou ser um menino de gênio forte, ao mesmo tempo em que na presença da mãe interagiu com professores e colegas, longe dela ficava bravo e chorava bastante.

Passado duas semanas desde o início das atividades, fiquei apenas com Maria em adaptação (os meninos Lucas e Pedro haviam desistido), que ainda continuava chorando e relutante à aproximação de colegas, bem como não brincava e não se interessava por nada.

A partir do vigésimo dia de adaptação comecei a notar progressos na adaptação de Maria, pois começava a brincar por alguns instantes, a participar das atividades e brincadeira propostas e a caminhar com auxílio.

Após um mês de adaptação pude perceber maiores avanços de Maria, pois agora ela engatinha pela sala e pelos outros espaços da escola, interage com professores sorrindo e brincando, participa das brincadeiras e atividades propostas, sai à procura dos professores quando sente sua falta, mas não chora tão intensamente como fazia. Com um mês de adaptação, fiz uma gravação de Maria explorando livremente a sala, estava alegre engatinhando, procurando e permanecendo junto dos colegas. Isto evidencia que Maria está avançando em sua adaptação. Situação que pode ser observada na figura 6.



Figura 6: menina em adaptação explorando os espaços e interagindo com os colegas.

Para chegar a conclusão de que Maria está progredindo em sua adaptação e que João adaptou-se logo, analisei aspectos de comportamento frente a interação, o brinquedo, a linguagem, o interesse nas atividades propostas, aspectos estes mencionados por Rapoport & Piccinini (2001a), de acordo com a escala de Varin (1996) e Fein (1993).

Então, desta maneira, digo que João adaptou-se logo porque na primeira semana ele já interagiu com colegas e professores, sempre mostrou interesse em participar das atividades e brincadeiras, comunicando-se alegremente. No caso de Maria, foi passado um mês que

começou a apresentar manifestações de interação com professores e colegas, interesse de participar das brincadeiras e atividades bem como a se comunicar com balbucios ou gestos.

Sendo assim, pode-se notar que a adaptação varia de criança para criança, sem tempo determinado, na qual estão incluídos vários sentimentos, tanto das crianças, como também das famílias e professores. Portanto, este período ocorre de forma gradativa, no qual o tempo e a individualidade de cada criança devem ser respeitados. Assim acontece a adaptação, com seus pontos críticos que merecem atenção e organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou como se dá o processo de adaptação de crianças de 1 a 2 anos na creche, a partir de referenciais teóricos, observações, fotos e vídeos. As reflexões feitas ao longo do trabalho mostram que este momento de entrada da criança pela primeira vez na creche como também o retorno delas após um período de férias ou de muitos dias em casa precisa ser pensado e planejado pela escola, não podendo ser ignorado e tratado como apenas situações que ocorrem a cada início de ano letivo.

Fica claro, ao longo de todo o trabalho, que o momento da adaptação é muito tenso. São horas de choro, este um dos aspectos usados para definir se a criança está ou não adaptada, que mais se faz presente durante o processo de adaptação. E, sem dúvida alguma, é ele o responsável por desencadear reações apreensivas tanto nas famílias quanto em educadores.

A adaptação é um momento delicado. Assim, a necessidade de diálogo entre escola e família torna-se imprescindível. As trocas de informações que se estabelece entre família e escola, além de proporcionar momentos de conhecimento sobre a criança estabelece vínculo entre educador/família, o que é de grande importância para a adaptação da criança, pois a confiança das famílias é uma aliada no processo de adaptação.

Este estudo ratificou meus pensamentos sobre a adaptação. Nós professores não estamos preparados para proporcionar uma adaptação de qualidade. Em muitas situações, não sabemos o que fazer e as práticas mecanizadas se evidenciam todos os anos, tentamos de alguma forma confortar as crianças através do contato físico, da aproximação, enfim vamos tentando.

Isto mostra o quanto é complexo o processo de adaptação das crianças. Ao mesmo tempo, há a necessidade de que este momento seja pensado por todos os envolvidos, pois não é só a criança que passa pela adaptação, família, professores e escola, todos estão envolvidos neste processo.

Acredito que somos nós, os educadores, os disseminadores de uma nova proposta de adaptação. Para isto se faz necessário que a escola planeje e estude este momento, pois é com conhecimento sobre o assunto que a escola terá condições de preparar um novo espaço capaz de promover uma adaptação menos angustiante. Com professores seguros e fortalecidos fica mais fácil levar as famílias o assunto, propondo-se, desta maneira, novas formas de pensar e conduzir o processo de adaptação. Nós, professores, somos responsáveis e temos condições de mostrar as famílias a importância e a valorização deste momento.

A partir das observações e conversas com as famílias pode-se perceber que a ansiedade e a preocupação com o bem-estar das crianças são um dos sentimentos mais presentes nos familiares. Ao mesmo tempo em que eles percebem a creche como um espaço educativo, o desejo que as crianças sejam bem cuidadas é primordial.

Durante a coleta de dados, constatei que o processo de adaptação varia de criança para criança, e nele se faz presente inúmeros fatores que interveem na adaptação, os quais devem ser observados como: a idade, o temperamento da criança, a reação das famílias frente ao processo de adaptação, a razão adulto/criança, o espaço físico, entre tantos outros. Estes fatores não devem ser analisados isoladamente. Por isso, há a necessidade de se considerar cada adaptação como única, respeitando o tempo, o ritmo e a individualidade de cada criança.

Este estudo possibilitou-me uma nova forma de analisar a adaptação em relação aos aspectos que devem ser observados para definir se a criança está ou não adaptada à escola. Analisando sob a ótica da interação, da brincadeira, da linguagem, temos aqui um conjunto de fatores que nos possibilita dizer com segurança se a criança está ou não adaptada; a criança não está adaptada quando para de chorar, existem inúmeras situações no seu cotidiano que devem ser observados. Ela está conseguindo interagir com colegas e professores? Manifesta interesse pelas atividades e brincadeiras? Existe comunicação?

Notei que todos os professores que atuam nesta escola são de acordo de uma adaptação gradativa. Mas o discurso sobre o tema não passa disto. Não há um estudo mais complexo, um planejamento de ações, falta fundamento e conhecimentos que viabilizem mudanças na maneira de como proceder durante o processo de adaptação. E questões como a presença da família durante este processo é, na maioria das vezes, vista como prejudicial durante este momento, contrariando o que diz a literatura sobre a importância da família nestes momentos de adaptações. Acredito, no entanto, que a parceria professor/família tende a facilitar o processo de adaptação.

Na perspectiva de responder a questão que norteou esta pesquisa: “quais as possibilidades de realizar a adaptação das crianças de 1 a 2 anos no contexto da Educação Infantil, no município de Restinga Sêca, a partir da relação da escola com as famílias, no sentido de sensibilizá-las para a importância desse momento nas vivências infantis?” Percebi que não existe uma receita pronta. As dificuldades próprias da adaptação variam de criança para criança, como também não há um prazo determinado, assim o que se pode adotar em todos os casos é o respeito às individualidades da criança, de cada família.

Penso que não existe uma receita pronta de como conduzir o processo de adaptação, mas há um caminho que mostra como deve ser este processo de adaptação. Caminho este que

deve ser trilhado e percorrido por todos os envolvidos neste processo. E para começarmos a construir este caminho é necessário que o tema adaptação seja incluído na pauta da formação continuada.

A adaptação precisa ser pensada, planejada e fundamentada, desta maneira ela passa a ser vista além do termo adaptação gradativa. Digo isto porque durante esta investigação constatei que informar às famílias que a adaptação deve ser gradativa não é o suficiente. Para se encaminhar este processo de forma mais tranquila, com mais segurança exige todo um trabalho de conscientização e valorização junto às famílias e aos professores.

E quando se pensa como deve ser realizada a adaptação, outras questões surgem, uma delas é: quais estratégias/recursos são recorrentes no processo de adaptação das crianças na escola? Esta questão, assim como as observações feitas, me faz refletir que nós professores não fazemos o uso de estratégias/recursos tão diferenciados. As estratégias/recursos ficam fundamentadas na brincadeira, no brinquedo, no passeio pelos espaços da escola, quando possível, porque tem momentos que a adaptação é apenas cuidados, colo e aproximação.

Desta maneira nos parece que durante o processo de adaptação na maioria das vezes é impossível desenvolver um planejamento, pois esse é um momento que requer atenção quase que exclusiva. Então fica a sensação que o professor não desenvolve um trabalho pedagógico. Acredito que falta a nós educadores de berçário a legítima compreensão do que é este planejamento, este trabalho pedagógico com bebês.

Ao mesmo tempo em que temos a compreensão que a adaptação é momento complicado, tento, valorizamos a importância da organização dos espaços como uma aliada na adaptação. Um espaço lúdico e diversificado, convidativo à exploração e à interação. Assim como também apostamos em um ambiente aconchegante, acolhedor e afetuoso. As DCNEI apontam para este espaço/ambiente, pois elas julgam que as práticas pedagógicas têm a necessidade de estarem vinculadas às interações e brincadeiras, garantindo experiências que promovam conhecimento de si e do mundo, através de experiências sensoriais, expressivas, corporais, possibilitadas pela movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança.

Portanto toda esta preparação dos espaços, espaços lúdicos e diversificados, não faz parte do trabalho pedagógico dos educadores de berçário? Sim, isto é trabalho pedagógico, então fica evidente que existe sim uma intenção pedagógica durante os processos de adaptação. À medida que nós educadores de berçário entender que nossas atitudes de afeto, acolhimento ao choro, de brincadeira é pedagógico, estaremos dando vazão aos sentimentos de frustração de que nada fazemos no berçário, que estamos apenas cuidando durante o

processo de adaptação. Estamos cuidando e educando, pois isto é indissociável na Educação Infantil.

Outras questões que emergem são: quais são as dificuldades que os professores encontram neste período de adaptação? E mais, quais são os aspectos que dificultam as famílias participarem do processo de adaptação da criança no contexto educacional? Com a investigação identifiquei duas grandes dificuldades enfrentadas pelos professores, uma diz respeito às famílias. Os professores julgam que as famílias não têm comprometimento com este momento. Deixam as crianças por longo tempo na creche desde o primeiro dia de adaptação.

Outra dificuldade aponta para o número grande de crianças em adaptação em uma mesma turma. Os professores queixam-se que não sabem o que fazer para acalmar a todas as crianças que choram ao mesmo tempo, como também fica difícil atender as outras crianças que também necessitam de atenção.

Ao mesmo tempo em que uma das dificuldades dos professores é a falta de comprometimento das famílias perante o processo de adaptação, surge outra questão: o que nós professores estamos fazendo para mudar esta realidade?

Sim, aqui neste caso assumimos também uma parcela da culpa, pois somos nós que vivenciamos esta dificuldade, então cabe a nós propormos melhorias. Por que não começar pela conscientização e valorização deste momento junto às famílias? Penso que muitas vezes as famílias não sabem como se dá este processo, não sabem das nossas dificuldades, ou seja, falta quem os informes da importância deste momento para as crianças, e da necessidade que existe que elas participem deste processo, bem como que esta adaptação deve ser gradual.

Um dos aspectos que dificulta a participação das famílias durante a adaptação é a falta de conhecimento sobre o que é e como deve ser adaptação. Destaco também a situação profissional das famílias que muitas vezes se veem obrigada a deixarem as crianças na creche sem o mínimo de acompanhamento.

Este estudo confirmou hipóteses, como também mostrou caminhos e possibilidades. Confirmação de hipóteses no sentido daquilo que eu pensava sobre a importância de uma adaptação gradual e participativa, assim como das dificuldades dos educadores para conduzir este processo. Vejo também que o caminho a ser percorrido é longo, e que esta trajetória não se faz sozinha. Ela é uma soma de conhecimentos e parcerias.

Quando me refiro a ideia de possibilidades, quero dizer que as possibilidades de mudar o modo de conduzir o processo de adaptação da escola estão em nossas mãos. Vamos mostrar às famílias a importância deste momento, para que juntos possamos enfrentar esta tão

delicada etapa da E.I., que se faz presente todo início de ano letivo, e até mesmo durante todo o ano.

Portanto, medidas e atitudes serão necessárias. Estudo, informação, parceria, bem como encaminhar o processo de adaptação de modo que as crianças sejam ouvidas. E para serem ouvidas se faz necessário que o professor compreenda que o choro, o balbucio, os gestos, o olhar, o sorriso, a apatia, são formas de comunicação.

A partir do momento que exista uma educação dialógica o processo de adaptação tende ser menos angustiante. Pois quando se dá o direito das crianças participarem, permitindo-lhes voz, a comunicação professor/criança se efetiva e se estabelece com mais facilidade os vínculos afetivos, os quais tornam o processo de adaptação menos doloroso e menos extenso.

REFERÊNCIAS

- ALDERSON, Priscila. **As crianças como pesquisadoras:** os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. Educação e Sociologia, Campinas, vol.26, nº 91, p.419-442, Maio/Ago. 2005. Disponível em: WWW.cedes.inicamp.br acesso dia 15/12/2012
- AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. **Educação infantil e currículo:** compassos e descompassos entre os aspectos teóricos, legais e políticos. Espaço do Currículo, v.3, nº1, p.451-461, Março/SET.2010. Disponível em: WWW.periodicos.ufpb.br acesso dia 10/01/2013
- AMORIM, Katia de Souza; VITÓRIA, Telma; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Rede de significações:** perspectiva para análise da inserção de bebês na creche. Cadernos de Pesquisa, nº 109, p. 115-144, março/2000. Disponível em: WWW.educa.fcc.org.br Acesso dia 04/12/2012
- ARAGÃO, Milena e KREUTZ, Lúcio. **Considerações acerca da Educação Infantil:** história, representações e formação docente. Conjectura, Caxias do Sul, v.15, nº1, p. 25-44, JAN/ABR.2010. Disponível em: WWW.periodicos.capes.gov.br acesso dia 12/01/2013
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força:** rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394/1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009**. Brasília: DF, 2009.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2000.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 05/2009**. Brasília: DF, 2009.
- _____. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil- Bases para reflexão sobre as orientações curriculares**. Projeto de Cooperação Técnica MEC/Universidade Federal do Rio Grande do Sul para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil, Brasília, MEC/SEB/UFRGE, 2009. Consultora Maria Carmen Silveira Barbosa.
- ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL GENTE INOCENTE. **Proposta pedagógica**. Restinga Sêca-RS. 2012.

FILHO, Altino José Martins. **A creche com espaço de mediação e interação.** Revista Pátio. Ano V, nº 13, mar/jun 2007.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues. **Movimentos na construção à educação infantil: histórico e atualidade.** Revista Educação: Santa Maria, v. 5, nº 1, p. 25-38, jan/abr. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Lenira; HORN, Maria da Graça Souza. **Mais do que um lugar para gastar energia.** Revista Pátio, nº 34, p.8-11, jan/mar 2013.

KUHLMANN Jr. Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Org. Martin W. Bauer; tradução de Pedrinho A. Guareschi. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 137-155.

MARCONI, Maria de Andrada; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento de metodologia científica.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria C. de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – perspectivas atuais** Belo horizonte, novembro de 2010.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2011-2020). Disponível em: WWW.todospelaeducacao.org.br Acesso 13/02/2013

RAIZER, Cassiana Magalhães e ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. **Adaptação de bebês a uma instituição de educação infantil.** Anais do III Congresso Internacional de Psicologia e IX Semana de Psicologia 18 a 21 Setembro de 2007 1 ISSN: 1678-352X. Disponível em: WWW.cipsi.uem.br/anais2007. Acesso 20/12/1012.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. **O Ingresso e Adaptação de Bebês e Crianças Pequenas à Creche.** Psicologia: reflexão e Crítica, 2001a, v.14, nº1, p.81-85. Disponível em: WWW.researchgate.net/publication Acesso 17/11/2012

_____. **Concepções de Educadoras Sobre a Adaptação de Bebês à creche.** Psicologia: teoria e Pesquisa, v. 17, nº 1 p. 69-78, jan/abr 2001b. Disponível em: WWW.lume.ufrgs.br Acesso 12/11/2012.

ROCHA, Mariana Roncarati de Souza. **Perspectiva de uma Educação Dialógica na Creche: a co-autoria da criança na construção da prática pedagógica.** 2012. 97 Páginas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VITÓRIA, Telma; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Processos de adaptação na creche.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 86, p. 55-64, ago. 1993. Disponível em: WWW.educa.fcc.org.br. Acesso 04/12/2012.

